



TJMG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Contorno, Nº 629 - Bairro Floresta - CEP 30110-911 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: SL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 17650287 / 2024 - TJMG/SUP-ADM/DENGEP/COGEP

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Este termo de referência tem como finalidade apresentar as características que permeiam a contratação dos serviços de energia elétrica para o **Fórum da Comarca de Ubá**. No presente momento, o Fórum já é atendido pelo fornecimento de energia pela concessionária **Energisa S/A** e no presente documento solicita-se a formalização de novo contrato, nos moldes daquele ora em execução, com as devidas atualizações considerando-se a transição definitiva para a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021 e a extinção da vigência da Lei anterior, Lei 8.666/1993.

2. OBJETO

Serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão, bem como o uso da rede de distribuição de energia para todas as instalações do Fórum da Comarca de Ubá.

3. NATUREZA

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº1.000 de 07/09/2021, os serviços de produção, transporte e distribuição de energia elétrica são serviços e atividades essenciais, cuja interrupção coloca em risco iminente a prestação dos serviços jurisdicionais à população, e uma vez que se trata de um serviço que não pode ser interrompido, este é caracterizado como de natureza continuada.

4. QUANTITATIVO

Tendo em vista o projeto elétrico estabelecido para a comarca, foi elaborado um contrato de uso do sistema de distribuição – CUSD – no qual prevê uma demanda estimada de 200kW/mês, vide tabela abaixo:

H	CRONOGRAMA DE FATURAMENTO / MUSD CONTRATADO (kW)									
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
Única	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
Ponta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
F. Ponta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Contrato uso do sistema de distribuição CUSD – Nº1519 Parte 1

Esta disponibilidade mensal é feita pela concessionária e não necessariamente é o real utilizado na edificação tendo em vista que existem outros fatores que podem interferir, como sazonalidade, ocupação do edifício, expediente em razão de plantões que podem causar a utilização em horários de ponta, dentre outras variantes.

No tocante ao consumo de energia elétrica da comarca, o contrato de compra de energia regulada – CCER é estabelecido mediante o que de fato for utilizado. Para este temos a previsão de um valor de R\$ 268.332,30 anualmente para a compra da energia. Os valores tarifários são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº1.000. O detalhamento mensal dos valores e a previsão completa serão discorridos no item "12.VALORES E APRESENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" desde documento.

5. PRAZO DO CONTRATO

O prazo do contrato obedecerá a Resolução Normativa da ANEEL n º1.000, que enuncia que:

TÍTULO I

PARTE GERAL

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Seção IV

Do Prazo de Vigência e da Prorrogação

Art. 133º Os contratos devem observar os seguintes prazos de vigência e condições de prorrogação:

(...)

II - 12 meses para a vigência do CUSD, com prorrogação automática por igual período, desde que o consumidor e demais usuários não se manifestem em contrário com antecedência de pelo menos 180 dias em relação ao término de cada vigência. ([Redação dada pela REN ANEEL 1.081, de 12.12.2023](#))

II - indeterminado para novos CCER e a partir da próxima renovação para CCER existentes na data de entrada em vigor deste inciso. ([Incluído pela REN ANEEL 1.081, de 12.12.2023](#)).

6. PRORROGAÇÃO

Relativo à renovação, a Orientação Administrativa nº 17/2018, do TJMG, dispõe que:

"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL E ESTADUAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS" (grifo nosso)

Ao lado disso, temos ao normativo estabelecido na NLLC, 14.133/2021, acerca do tema:

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Portanto, temos que a renovação deste, quando se fizer necessária, poderá ter prazo indeterminado, justificado pela sua natureza.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para elaboração desta contratação foi analisado o cenário energético disponível hoje para a comarca, além da manutenção do funcionamento deste fórum, que atualmente conta com a contratação em ambiente regulado, e considerando que já está em andamento via processo licitatório a contratação de energia no Mercado Livre que contemplará o referido imóvel, conforme pode ser observado no documento 17465353

É válido trazer à luz que para executar a migração do sistema são necessárias adaptações na edificação além dos trâmites estabelecidos pela ANEEL. E sendo assim, se torna imprescindível que um novo contrato na modalidade convencional seja estabelecido, sendo a ENERGISA, a autorizada a manter os serviços prestados, conforme os contratos de concessão nº 40/1999 e regramento expedido pela ANNEL, Resolução nº 342 de 30/08/2000 até que todo o trâmite seja realizado, possibilitando a migração para o ACL.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para estabelecimento de tal serviço se faz necessário o dimensionamento de carga na região para a disponibilização na rede elétrica. Estes devem estar em conformidade com o projeto elétrico e as normas vigentes.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado dessa contratação é o fornecimento dos serviços de energia elétrica de maneira ininterrupta, garantindo o pleno funcionamento do Fórum da Comarca de Ubá.

10. GESTÃO

Este contrato será gerido pela Coordenação de Gestão Predial (COGEP) no tocante ao fornecimento e faturamento dos serviços em observância ao pré-estabelecido pelo órgão regulamentador ANEEL.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Conforme rege o artigo 228, capítulo VIII da Resolução 1000 da ANEEL, a distribuidora é a responsável por instalar e manter os equipamentos de medição para faturamento da unidade consumidora, e essa medição é disponibilizada para a unidade consumidora analisar os valores e efetuar o pagamento, conforme faturamento expedido e de acordo com as diretrizes da Resolução Normativa ANEEL nº1.000.

12. VALORES E APRESENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relativamente aos valores estimados para a contratação esclarecemos que este tem como base: as tarifas estabelecidas pela ANEEL, projeto elétrico aprovado junto à Concessionária e a análise do perfil de consumo da edificação, e para tal, o Tribunal possui dotação orçamentária específica para atendimento, com previsão inclusive dos ajustes sazonais.

Os valores a seguir referem-se ao período de doze meses, ajustados pelo índice de -3,01%, conforme homologação da ANEEL, evento: 16157570:

CÁLCULO PARA NOVO CONTRATO	
CUSD	R\$ 101.223,25
CCER	R\$ 276.659,76
TOTAL	377.883,01
% DE REAJUSTE	-3,01%
Base de cálculo	0,9699
CUSD	R\$ 98.176,43
CCER	R\$ 268.332,30
TOTAL CONTRATO	R\$ 366.508,73

A disponibilidade mensal estimada deverá ser a seguinte:

MÊS	CUSD	CCER	TOTAL
fev/24	R\$ 8.181,36	R\$ 22.361,08	R\$ 30.542,44
mar/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
abr/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
mai/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
jun/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39

jul/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
ago/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
set/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
out/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
nov/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
dez/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
jan/25	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
2024	R\$ 89.995,06	R\$ 245.971,28	R\$ 335.966,34
2025	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
Total	R\$ 98.176,43	R\$ 268.332,30	R\$ 366.508,73

Por fim, ressalta-se que a existência de disponibilização orçamentária está devidamente autorizada e faz parte da LOA do TJMG para o exercício financeiro em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Braga Tavares, Assessor(a) em Exercício**, em 09/02/2024, às 12:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Mara Souza da Silva, Coordenador(a)**, em 09/02/2024, às 12:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Junqueira Santos, Diretor(a) Executivo(a)**, em 15/02/2024, às 10:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Luiz Nascimento de Oliveira, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 15/02/2024, às 12:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17650287** e o código CRC **EDDA85D3**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 3

NOTA JURÍDICA Nº 22, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA PARA COMPRA DE ENERGIA REGULADA E USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – POSSIBILIDADE.

À DIRSEP

Senhora Diretora-Executiva,

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de elaboração de novo contrato com a empresa **ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, com vistas a dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG. ([16952228](#)).

Depreende-se do processo em exame que o Contrato nº 060/2019, celebrado com a mencionada concessionária, completará 60 (sessenta) meses de vigência em 18/02/2024, razão pela qual não poderá mais ser prorrogado.

Por meio da Comunicação Interna - CI nº 27856/2023 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/DENGEP/COGEP ([16952228](#)), esclareceu a Coordenação de Gestão Predial que o objeto da contratação configura serviço essencial, nos termos do art. 11 da Resolução Normativa nº 414/2010; que a Lei federal nº 8.666/93 prevê a contratação direta de fornecimento de energia elétrica, por meio de dispensa de licitação, prevista no inciso XXII do seu art. 24; salientando ser a ENERGISA a única prestadora dos pretendidos serviços na região da Comarca de Ubá.

No tocante à vigência do ajuste, ressaltou a COGEP a necessidade de se observar a Orientação Administrativa TJMG nº 17/2018 - trazendo, para tanto, os motivos a justificar a adoção do prazo indeterminado, bem como os custos estimados para a contratação, já ajustados, da ordem de **R\$366.508,73 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e oito reais e setenta e três centavos)**.

Por meio do **DESPACHO TJMG/SUP-ADM/DIRSEP/GECOMP Nº 17103774/2023**, a GECOMP encaminhou o expediente à análise desta Assessoria, a fim de emitir parecer quanto a possibilidade de formalização de contratação direta para a hipótese.

Em Manifestação acostada ao evento [17358567](#), esta Assessoria pontuou a necessidade de que o presente processo fosse regularmente instruído nos moldes previstos no art. 72 da Lei federal nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), posto que a contratação deverá seguir sob sua égide em decorrência da revogação da Lei federal nº 8.666, de 1993, perquerindo ainda quanto ao fato de estar em andamento processo licitatório visando a contratação do fornecimento de energia elétrica para a Comarca de Ubá via Ambiente de Livre Contratação – ACL, o que, em tese, inviabilizaria a configuração da situação de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, I da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Em complementação à instrução processual e em atendimento à solicitação da ASCONT, a COGEP carrou ao processo Estudo Técnico Preliminar ([17465353](#)), Termo de Referência ([17650287](#)), bem como as minutas Padrão da Concessionária ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD e de Compra de Energia Regulada – CCER ([17899719](#))

Instruem ainda o processo os seguintes documentos:

- Capa do Processo SIAD 927/2023 (17101217)
- CRC (17101117)
- CEIS (17101140)
- Consulta CNIA (17101159)
- Estatuto Social (17101149)

- E-mail - solicitação de documentos (17101158)
- Certidão Fazenda Municipal (17108502)
- CRC atualizado ([17927718](#))
- Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho ([17928015](#))
- Certidão de Débitos Tributários Federais Negativa ([17928086](#))
- Contrato Concessão ENERGISA MG ([16952436](#))
- Orientação Administrativa 017/2018 ([16952467](#))
- Anexo Reajuste ANEEL -3,01% ([16952474](#))
- Ofício ENERGISA ([16952478](#))
- Anexo Protocolo 9434629848 ([16983779](#))
- Declaração de Compatibilidade-Planejamento Orçamentário ([16979675](#))
- Disponibilidade Orçamentária 76/2024 ([17082256](#))

Em síntese, é o relatório.

É sabido que, em regra, toda contratação pública deve ser precedida de processo licitatório. Essa exigência deriva de diversos princípios constitucionais que informam a atuação da Administração Pública, dentre os quais destacam-se os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência. A obrigatoriedade de realização de licitação, contudo, não é uma finalidade em si mesma, por isso, o próprio art. 37, XXI, da Constituição Federal, admite que a legislação estabeleça exceções à regra. É dizer, o constituinte originário, ciente de que em alguns casos a obrigatoriedade de licitação poderia sacrificar outros valores de igual ou maior importância, autorizou o legislador ordinário a criar exceções à obrigatoriedade de licitação.

Nesse sentido, a Lei federal nº 14.133, de 2021, estabeleceu em seus arts. 72 a 75, as hipóteses de exceção à realização prévia de processo licitatório para a contratação pelo poder público, quais sejam: a inexigibilidade de licitação e a dispensa de licitação. Os institutos aparecem, respectivamente, nos arts. 74 e 75 da referida Lei.

O enquadramento legal da contratação a que se refere esta Nota Jurídica é o art. 74, inciso I, da Lei federal 14.133, de 2021, uma vez que corresponde à hipótese de exclusividade no fornecimento e transmissão de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada, na base territorial da Comarca de Ubá/MG, em virtude da figura do fornecedor exclusivo, restando, assim, inviável a competição, que é pressuposto lógico do procedimento licitatório.

Primeiramente, denota-se que há justificativa para a contratação do serviço, a qual deriva não somente dos argumentos expostos na Comunicação Interna - CI nº 27856/2023 - TJMG/SUP-ADM/DENGEP/COGE (16952228), mas pela indissociável importância do fornecimento de energia elétrica para o funcionamento de um fórum.

Em tempos de processo judicial eletrônico, é inconcebível cogitar que uma Comarca seja capaz de funcionar sem a disponibilidade de energia elétrica. Assim, a justificativa para o serviço decorre, especialmente, da realidade em que vivemos nos dias atuais, a qual não permite que os entes integrantes do Judiciário funcionem sem o fornecimento de energia elétrica.

Ao considerarmos o atual sistema de regulação do setor de fornecimento de energia elétrica, resta claro que não há a configuração da situação de inexigibilidade de licitação, caso o órgão ou entidade contratante se enquadre como consumidor livre ou potencialmente livre, conforme arts. 15 e 16 da Lei federal nº 9.074, de 1995, e Decreto nº 5.163, de 2004 ^[1].

Entretanto, quanto a esse fato, a área demandante assim justificou no Estudo Técnico Preliminar, apresentado no evento [17465353](#).

3.2. ESCOLHA DA SOLUÇÃO COM JUSTIFICATIVA

No ACL é possível obter descontos no valor final da conta a partir de 15%, sendo por razões econômicas o mais indicado a ser contratado. Todavia, face à existência de ampla concorrência no mercado, encontra-se em andamento processo licitatório para a contratação de fornecimento de energia elétrica nessa modalidade, a qual contemplará a

edificação do Fórum de Ubá para a migração do sistema.

Cumprido esclarecer que para a migração do sistema são necessárias adaptações na edificação, além dos trâmites estabelecidos pela ANEEL. Assim, considerando a proximidade de vencimento do contrato de fornecimento atual, faz-se necessária a formalização de novo contrato na modalidade convencional (ACR), sendo a ENERGISA, a concessionária autorizada a prestar os serviços na região, conforme contratos de concessão nº 40/1999 e regramento expedido pela ANNEL, Resolução nº 342 de 30/08/2000 até que o processo licitatório seja finalizado, o contrato assinado e as adaptações sejam realizadas, possibilitando a migração para o ACL.

Neste sentido, faz-se necessária a renovação de contrato da única concessionária de energia elétrica no ambiente de contratação regulada, autorizada a prestar os serviços na região, por meio dos contratos de concessão nº 40/1999, conforme regramento expedido pela ANNEL, Resolução nº 342 de 30/08/2000.

Sendo, portanto, objeto de inexigibilidade de licitação, conforme os termos do art. 74, inciso I, da Lei 14.133 de 2021, vide:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Cumprido esclarecer que trata-se, ainda, de serviço essencial, conforme os termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000 de 07/09/2021, observa-se:

TÍTULO I

PARTE GERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Seção II

Das Definições

(...)

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

(...)

XLIV - serviços ou atividades essenciais: aqueles cuja interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população e a seguir indicados:

(...)

b) produção, transporte e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

A este respeito, impõe-se observar que a impossibilidade de competição poderá se caracterizar e, portanto, a inexigibilidade de licitação também, qualquer que seja a modalidade tarifária da unidade consumidora. Em outras palavras^[2], a inviabilidade da concorrência poderá ser demonstrada, quando for obrigatória a aquisição da energia elétrica do único fornecedor habilitado no caso concreto, configurando-se hipótese de inexigibilidade de licitação.

Portanto, para a contratação direta sobre a qual se debruça a presente Nota Jurídica, tendo por fundamento o art. 74, inciso I, da Lei federal 14.133, de 2021, são exigíveis o cumprimento dos requisitos elencados no art. 72, caput, da mesma lei, *in verbis*:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Além destes requisitos, também serão necessários aqueles utilizados para as contratações em geral, tais como: a) regular formalização da contratação em processo administrativo específico; b) comprovação de inexistência de óbices para a contratação pela Administração; c) autorização para a realização da despesa emitida pela autoridade competente; d) declaração da compatibilidade da contratação com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Registra-se que para a hipótese de contratação em análise, a Lei federal nº 14.133, de 2021, estabeleceu em seu art. 109, expressa previsão da possibilidade de contratação por prazo indeterminado, desde que atendido ao requisito de comprovação, a cada exercício financeiro, da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, nas hipóteses em que a Administração Pública é usuária de serviços públicos em regime

de monopólio. Tal situação será analisada mais adiante neste parecer.

Passa-se a expor, de forma pormenorizada, cada um dos requisitos constantes do mencionado art. 72, tendo em vista as peculiaridades da contratação de fornecimento de energia elétrica.

A) INSTRUÇÃO DO PROCESSO

No **inciso I**, o primeiro elemento a ser constituído para a contratação direta é o Documento de Formalização da Demanda, que se trata de peça hábil a identificar a necessidade do órgão público e apresentar descrições mínimas sobre o que se pretende contratar, a exemplo da especificação do objeto e a justificativa da contratação, no caso em análise foi acostado ao processo a Comunicação Interna - CI nº 27856/2023 - TJMG/SUP-ADM/DENGEP/COGEP, identificando a necessidade da contratação, bem como descrições mínimas da contratação.

Em relação aos demais elementos citados no mencionado inciso (estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo), veja que o legislador se valeu da expressão “se for o caso”, o que não pode ser tido como uma possibilidade de se dispensar, de maneira discricionária, qualquer um dos documentos ali listados.

Nesse passo, a dispensa de algum dos documentos constantes do inciso I somente deverá ocorrer diante da incongruência fático-jurídica do objeto a ser contratado (ex: não é exigido projeto básico ou executivo em contratações que não se refiram a obras ou serviços de engenharia), ou em razão de uma autorização específica prevista em lei ^[3] ou regulamento próprio.

Anota-se que, num primeiro momento, que este Tribunal processa todas as suas aquisições de bens e serviços por meio do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD, administrado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG, razão pela qual adota as diretrizes estabelecidas na Resolução SEPLAG 115/2021, que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares.

Assim, considerando as especificidades da pretendida contratação, opina-se pela regularidade de seu processamento, diante da confecção e juntada aos autos do Estudo Técnico Preliminar ([17465353](#)) e Termo de Referência ([17650287](#)).

Ademais, o processo em análise se encontra instruído com todos os demais documentos indispensáveis, previstos no citado art. 72 da Lei federal nº 14.133, de 2021, a saber:

B) ESTIMATIVA DE DESPESA

A estimativa de despesa prevista no **inciso II**, se encontra detalhada tanto na Comunicação Interna - CI nº 27856/2023 - TJMG/SUP-ADM/DENGEP/COGEP ([16952228](#)), como no Estudo Técnico Preliminar ([17465353](#)).

C) PARECER JURÍDICO E PARECERES TÉCNICOS.

O **inciso III** exige que a instrução processual seja acompanhada do parecer jurídico e dos pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos. No que tange a este inciso, o artigo 53 da Lei federal nº 14.133, de 2021 torna obrigatória a realização de parecer jurídico para as contratações públicas, logo ao final da fase preparatória. Em relação às contratações diretas, há a previsão expressa da análise jurídica no artigo 53, §4º ^[4], o que se encontra atendido, com o presente estudo.

D) DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo órgão público, prevista no **inciso IV**, se encontra regularmente comprovada através dos documentos acostados aos eventos [16979675](#) e [17082256](#).

E) COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Quanto a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do **inciso V**, deve ser trazida aos autos, por ocasião da contratação, toda a documentação destinada a comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como a comprovar a

inexistência de óbices para a contratação da empresa pelo órgão ou entidade da Administração, a saber: Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e, em especial, deverá demonstrar a regularidade das informações contidas no CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR (CRC), mantido junto ao CAGEF.

É inegável que as contratações realizadas pela Administração (mediante licitação ou contratação direta), como regra, devem ser precedidas pela esmerada análise da regularidade fiscal do sujeito que com ela deseja contratar. Indivíduos com pendências perante o fisco, a princípio, não possuem a idoneidade necessária para firmar negócios jurídicos com o Poder Público e, portanto, não podem ser contratados por este último.

Portanto, no universo das contratações envolvendo órgãos e entidades da Administração Pública, a regra é que a formação de ajuste junto a particulares está vinculada à comprovação de que eles preenchem todos os requisitos previstos na legislação de regência.

Nesse sentido, verifica-se que, conquanto esteja a pretensa contratada regular com suas obrigações, conforme se depreende dos documentos de eventos [17101140](#), [17101159](#), [17928015](#) e [17942115](#), deve a área gestora tomar as providências necessárias junto a ela, visto encontrar-se com as informações desatualizadas junto ao CAGEF, conforme se observa do CRC atualizado, acostado em evento [17927718](#), mais especificamente quanto a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT), vencida em 06/02/2024.

F) RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO.

O **inciso VI**, impõe a necessidade de justificar a escolha do contratado, visto que nas contratações diretas pode haver uma dose de discricionariedade na seleção do sujeito a ser contratado, devendo assim ser motivada.

No caso de contratação por inexigibilidade em razão de fornecedor exclusivo, como ocorre na hipótese ora tratada, a razão da escolha de quem se pretende contratar é justamente o fato de ser a única pessoa jurídica habilitada a prestar esse serviço na região da comarca destinatária dos serviços.

A razão da escolha da contratada se encontra estampada no Estudo Técnico Preliminar que expressamente consigna tratar-se da única concessionária de energia elétrica no ambiente de contratação regulada, autorizada a prestar os serviços na região, por meio dos contratos de concessão nº 40/1999, conforme regramento expedido pela ANEL, Resolução nº 342 de 30/08/2000, o que é corroborado pela cópia do contrato de concessão juntado ao evento [16952436](#).

Portanto, observada a legislação, tem-se como cumprido o requisito.

G) JUSTIFICATIVA DE PREÇO.

O **inciso VII**, por sua vez, indica como requisito para a contratação direta a necessidade de justificativa do preço.

Dentro desse cenário, a Lei federal nº 14.133, de 2021 previu em seu artigo 23, §4º, que *“nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo”*.

No que concerne ao caso ora analisado, como se trata de fornecimento e transmissão de energia elétrica, cuja remuneração é feita por tarifa pública, desnecessária se torna a realização de pesquisa variada para verificar a vantajosidade dos preços a serem contratados. Nota-se, portanto, que a verificação das tarifas se enquadra no conceito de “outro meio idôneo”.

Com efeito, não há espaço para a cobrança de preços individualizados, devendo ser observadas pelas concessionárias as diretrizes conferidas pela ANEEL para fixar as tarifas atinentes à prestação do serviço.

Assim, considerando que a tarifa de energia elétrica é imposta pelo Poder Público, conforme se observa do documento acostado ao evento [16952474](#), nada há a discutir em relação ao preço da contratação, restando cumprida, na presente contratação, a exigência do citado inciso VII.

H) AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

Quanto a previsão do **inciso VIII**, o processo será regularmente encaminhado à análise e aprovação da Exma. Juíza Auxiliar da Presidência desta Diretoria Executiva, a quem compete ratificar a contratação direta, nos exatos termos da Portaria nº 6.043/PR/2023, com suas alterações posteriores.

I) PUBLICIDADE.

Salienta-se por fim, a necessidade de observância ao disposto no parágrafo único do artigo 72 da nova Lei de Licitações, que se propõe a conferir publicidade às contratações diretas devendo ser realizada a publicação do ato no PNCP, sem prejuízo de sua divulgação também ocorrer no sítio eletrônico deste Tribunal.

Diante do exposto, sendo ratificada a contratação direta pela Autoridade Competente, será providenciada a publicação do referido ato no DJe, bem como no PNCP.

J) DA VIGÊNCIA.

Quanto ao prazo da contratação, a despeito de constar no item "J" da minuta do Contrato de Compra de Energia Regulada - CCER que o Prazo de Vigência Inicial da contratação é de 12 (doze) meses, trazemos aqui algumas considerações a respeito do que dispõe o art. 109 da Lei nº 14.133, de 2021, *in verbis*:

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

O Novo Marco Legal de Licitações e Contratos traz a possibilidade de celebração de contratos por prazo indeterminado, conforme bem leciona Lucas Hayne Dantas Barreto [18]:

O art. 57, § 3º, da anterior Lei federal nº 8.666, de 1993, era expresso ao estatuir a vedação a contrato com prazo de vigência indeterminado. A razão do dispositivo era a necessidade de submissão ao mercado, periodicamente, a pretensão de contratação da Administração, devidamente atualizada, para possibilitar que novos competidores apresentem propostas e disputem o objeto do contrato.

Entretanto, há casos de contratos celebrados pela Administração que não se sujeitam a regras de livre concorrência, como é o caso de serviços públicos prestados em regime de monopólio.

Nesses casos, os valores cobrados são previamente determinados, de maneira objetiva e unilateral pelo titular do serviço, não havendo, pois, variações possíveis no mercado.

Assim, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, a Administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica [6].

Quanto a esta questão, a COGEP posicionou-se nos seguintes termos:

Noutro giro, está prevista na Orientação Administrativa nº 17/2018, do TJMG, a formalização de contratos para prestação de serviços essenciais por prazo indeterminado, observa-se:

"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL E ESTADUAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS" (grifo nosso)

Deste modo, é plausível a adoção dos termos da Orientação conforme esclarecemos abaixo:

1- Os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado foram explicitados no presente documento, uma vez que trata-se de única empresa prestadora dos serviços local (concessionária Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A), bem como que o serviço não pode ser descontinuado, por ser essencial à manutenção dos serviços jurisdicionais;

2- Estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários é declarada após o decurso de 12 meses mediante Termo de Apostilamento e reajuste, conforme homologação da ANEEL.

No tocante aos custos estimados estes referem-se ao período de doze meses, ajustados pelo índice de -3,01%, conforme homologação da ANEEL, evento: 16157570, observa-se:

CÁLCULO PARA NOVO CONTRATO	
CUSD	R\$ 101.223,25
CCER	R\$ 276.659,76
TOTAL	377.883,01
% DE REAJUSTE	-3,01%

Base de cálculo	0,9699
CUSD	R\$ 98.176,43
CCER	R\$ 268.332,30
TOTAL CONTRATO	R\$ 366.508,73

A disponibilidade mensal estimada deverá ser a seguinte:

MÊS	CUSD	CCER	TOTAL
fev/24	R\$ 8.181,36	R\$ 22.361,08	R\$ 30.542,44
mar/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
abr/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
mai/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
jun/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
jul/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
ago/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
set/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
out/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
nov/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
dez/24	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
jan/25	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
2024	R\$ 89.995,06	R\$ 245.971,28	R\$ 335.966,34
2025	R\$ 8.181,37	R\$ 22.361,02	R\$ 30.542,39
Total	R\$ 98.176,43	R\$ 268.332,30	R\$ 366.508,73

Por todo exposto, solicitamos a elaboração do Novo Contrato com adequação à Orientação Administrativa nº 17/2018, do TJMG, devendo, ainda, permanecer inalteradas as demais condições contratuais.

Por tais razões, alinhada à Orientação Administrativa nº 17/2018 do TJMG ([16952467](#)) e em conformidade com o disposto no art. 109 da Lei nº 14.133, de 2021, esta Assessoria, vislumbrando ter a COGEP logrado êxito ao justificar a indeterminação do prazo do contrato a ser celebrado com a ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, entende que, inobstante constar na minuta do contrato o prazo de vigência de 12 meses, esta Administração poderá firmar contrato de fornecimento de energia elétrica, com prazo de vigência indeterminado. Para tanto, compete ao gestor comprovar, a cada exercício financeiro, a tanto a estimativa de consumo quanto a existência de previsão de recursos orçamentários - condições expressamente impostas na atual legislação e na referida Orientação Administrativa.

III- CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que os serviços em questão são imprescindíveis ao Tribunal, e por estarem demonstrados nos autos os demais requisitos exigidos para a contratação ora pretendida, opina esta Assessoria, *s.m.j.*, pela possibilidade jurídica de se contratar diretamente a empresa **ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, com fulcro no inc. I do art. 74 da Lei federal nº 14.133, de 2021, para prestação de serviços continuados de fornecimento e transmissão de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG.

À elevada e criteriosa consideração de Vossa Senhoria.

Mário Marcos Godoy Júnior
Técnico Judiciário – ASCONT

Kelly Soares de Matos Silva
Assessora Jurídica - ASCONT

[1] Nos termos do Decreto nº 5.163, de 2004, consumidor livre é aquele que, atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, destacando-se a necessidade de ter sua demanda contratada igual ou superior a 3000 kW junto à sua distribuidora, enquanto consumidor potencialmente livre é o atendido de forma regulada, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995.

[2] De fato, os consumidores de energia são classificados pelo nível de tensão em que são atendidos. Os consumidores do "Grupo B" são atendidos em baixa tensão, sendo cobrados apenas pela energia que consomem. Por outro lado, os consumidores do "Grupo A" são atendidos em alta tensão (acima de 2300 volts), sendo cobrados tanto pela demanda quanto pela energia que consomem. É o que determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000, de 7/12/2021: Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições (...) XXIII - grupo A: grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão maior ou igual a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor que 2,3 kV, e subdividido nos seguintes subgrupos: (...) XXIV - grupo B: grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão menor que 2,3 kV e subdividido nos seguintes subgrupos : (...) Como se percebe, a presente classificação dos consumidores, em função da tensão em que são atendidos, não interfere na possibilidade de seu enquadramento como consumidores livres ou potencialmente livres, o que se dá quando a demanda contratada é igual ou superior a 3000 kW.

[3] O artigo 8º, inciso I, da Lei nº 14.217, de 2021, que versa sobre contratações públicas relacionadas à COVID-19, por exemplo, dispensa o Estudo Técnico Preliminar nas aludidas contratações.

[4] §4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

[5] in SARAI, Leandro (Coord.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 Comentada por Advogados Públicos. São Paulo: JusPodivm, 2021, p. 1186.

[6] Neste sentido, verifica-se Orientação Normativa nº 36/2011 da AGU, elaborada na égide da Lei nº 8.666, de 1993.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Soares de Matos Silva, Assessor(a) Jurídico(a)**, em 16/02/2024, às 10:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Marcos Godoy Junior, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 16/02/2024, às 10:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17925361** e o código CRC **FDCBCC65**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AV Afonso Pena , Nº 4001 - Bairro Serra - CEP 30130008 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 12

DECISÃO TJMG/SUP-ADM/JUIZ AUX. PRES. - DIRSEP Nº 2936 / 2024

Processo SEI nº: 1001533-37.2023.8.13.0000

Processo SIAD nº: 927/2023

Número da Contratação Direta: 04/2024

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: art. 74, I da Lei federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de fornecimento e transmissão de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG.

Contratado ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Prazo de vigência: Indeterminado, contado a partir de 19.02.2024.

Valor total: R\$366.508,73 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e oito reais e setenta e três centavos).

Nos termos do art. 72, VIII da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ratifico a inexigibilidade de licitação visando a contratação direta da pessoa jurídica ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para prestação de serviços continuados de fornecimento de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG.

Declaro, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de **04 de maio** de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na qualidade de Ordenador de Despesas, que o dispêndio mencionado acima apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Disponibilidade Orçamentária 76/2024 ([17082256](#)).

Publique-se.

RAQUEL GOMES BARBOSA

Juíza Auxiliar da Presidência - DIRSEP



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes Barbosa, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 16/02/2024, às 11:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17954134** e o código CRC **84A26499**.

Homologando a averbação de tempo de serviço/contribuição, ao Juiz de Direito Fabiano Garcia Veronez, conforme decidido no processo SEI 0356395-30.2023.8.13.0701.

Designando, em caráter excepcional, as Juízas de Direito Juliana Miranda Pagano, 13ª Juíza Auxiliar de Belo Horizonte e Riza Aparecida Neri, titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude da mesma comarca, para conhecerem de *habeas corpus* e medidas de natureza urgente, no período de 09 a 16/02/2024, passando a primeira magistrada a atuar pelas audiências de custódia e a segunda pela Vara Infracional Cível e da Infância e da Juventude, ficando mantidas as demais indicações publicadas no Diário do Judiciário Eletrônico de 16/11/2023.

Designando a Juíza de Direito abaixo relacionada para cooperar no mutirão Projef, na Comarca/Vara indicada, conforme segue, nos termos da legislação vigente. Fica estabelecido que a referida cooperação foi autorizada nos termos da Resolução 945/2020 (art.8º, inciso VII, alínea "c"), para realizar audiência.

Juíza de Direito	Lotação	Cooperar na Unidade	Período
Carla de Fátima Barreto de Souza	Governador Valadares - 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial - 4º JD	Três Marias - Vara Única	02.02.2024 até 05/02/2024

1ª INSTÂNCIA

PORTARIA Nº 1368/2024-SEI

O JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES que lhe são conferidas pela Portaria Nº 5.663/PR/2022, publicada em 7/7/2022, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT da Constituição da República, CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 8º da Resolução nº 938/2020, publicada em 03/09/2020, CONSIDERANDO decisão liminar proferida nos autos do **Mandado de Segurança nº 1.0000.24.066151-2/000**, impetrado por Rafaela Chaves Paulinelli.

RESOLVE tornar sem efeito o ato de dispensa da servidora **Rafaela Chaves Paulinelli, 1-337436**, da Vara Única da Comarca de Dores do Indaiá, a partir de 22/12/2023, restabelecendo os efeitos jurídicos da Portaria nº 4703/2023, publicada em 06/07/2023, durante a estabilidade provisória, nos termos do art. 10, inciso II, alínea "b" do ADCT, com direito à percepção da remuneração do cargo de Assessor de Juiz, padrão de vencimento PJ-56, até o final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o parto.

ATO DA JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, DRA. RAQUEL GOMES BARBOSA, REFERENTE À SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DECISÃO TJMG/SUP-ADM/JUIZ AUX. PRES. - DIRSEP Nº 2936 / 2024

Processo SEI nº: 1001533-37.2023.8.13.0000

Processo SIAD nº: 927/2023

Número da Contratação Direta: 04/2024

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: art. 74, I da Lei federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de fornecimento e transmissão de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG.

Contratado ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Prazo de vigência: Indeterminado, contado a partir de 19.02.2024.

Valor total: R\$366.508,73 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e oito reais e setenta e três centavos).

Nos termos do art. 72, VIII da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ratifico a inexigibilidade de licitação visando a contratação direta da pessoa jurídica ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para prestação de serviços continuados de fornecimento de energia elétrica em média tensão para o Fórum da Comarca de Ubá/MG.

Declaro, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na qualidade de Ordenador de Despesas, que o dispêndio mencionado acima apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Disponibilidade Orçamentária 76/2024 (17082256).

Publique-se.

Raquel Gomes Barbosa
Juíza Auxiliar da Presidência

Contrato nº 009410240/2024

Última atualização 19/02/2024

Local: Belo Horizonte/MG **Órgão:** TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS **Unidade executora:** 1031022 - DENGEP**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 1031018 000927/2023 **Categoria do Processo:** Serviços**Data de divulgação no PNCP:** 19/02/2024 **Data de assinatura:** 16/02/2024 **Vigência:** de 19/02/2024 a 18/02/2025**Id contrato PNCP:** 21154554000113-2-000010/2024 **Fonte:** Portal de Compras do Estado de Minas Gerais **Id contratação PNCP:** [21154554000113-1-000028/2023](#)**Objeto:**

CT TJMG 050/2024 - ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - Fornecimento de energia elétrica regulada e o uso do sistema de distribuição para o novo Fórum da Comarca de Ubá/MG. SEI 1001533-37.2023.8.13.0000

VALOR CONTRATADO

R\$ 366.508,73

FORNECEDOR:**Nome/Razão social:** ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. **CNPJ/CPF:** 19.527.639/0001-58 **Tipo:** Pessoa jurídica

Arquivos

Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
ArquivoContrato4135407726523411170.pdf	19/02/2024	Contrato	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página

[Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.economia.gov.br> 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

